



JEQUIÉ-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ - BAHIA

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico e Matemático
- ▶ Conhecimentos Gerais do Município de Jequié
- ▶ Legislação Municipal
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL DE ABERTURA
N.º 277/2025**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

40
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



JEQUIÉ - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ - BAHIA

Técnico em Enfermagem

EDITAL Nº 01/2025, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025.

CÓD: SL-048NV-25
7908433286400

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto	9
2. Ortografia oficial	10
3. Acentuação gráfica.....	11
4. Pontuação	12
5. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	14
6. Vozes verbais: ativa e passiva	23
7. Colocação pronominal	24
8. Concordância verbal e nominal	25
9. Regência verbal e nominal.....	26
10. Crase	29
11. Sinônimos, antônimos e parônimos	30
12. Sentido próprio e figurado das palavras	32

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Princípio da Regressão ou Reversão	39
2. Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa.....	41
3. Lógica matemática qualitativa, sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras.....	45
4. Geometria básica	47
5. Álgebra básica e sistemas lineares.....	60
6. Calendários	70
7. Numeração	71
8. Razões especiais	75
9. Análise combinatória e probabilidade	76
10. Progressões Aritmética e Geométrica	80
11. Conjuntos: As relações de pertinência; Inclusão e igualdade; Operações entre conjuntos, união, interseção e diferença	84
12. Comparações	86

Conhecimentos Gerais do Município de Jequié

1. Município de Jequié: Sua história e geografia	93
2. Origem como distrito e estância hidromineral de Jequié-BA; Seu desenvolvimento microrregional e regional; Emancipação como município: razões e fatores norteadores	96
3. Agricultura e industrialização e seu papel na economia regional e no estado da Bahia	99
4. Inclusão do município da região metropolitana de Salvador e suas consequências internas sociais e políticas.....	102
5. Educação e Saúde e seus indicadores.....	105
6. Cultura e Lazer	110

Legislação Municipal

1. Lei nº 485, de 29 de outubro de 1962 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Jequié, que dispõe sobre o regime jurídico, deveres, direitos, vantagens e penalidades aplicáveis aos servidores públicos do Município	117
2. Lei Orgânica do Município de Jequié – Lei nº 1.130, de 5 de abril de 1990, que estabelece a estrutura político-administrativa, competências dos poderes e princípios da administração pública municipal	129

Conhecimentos Específicos Técnico em Enfermagem

1. FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM; Princípios e fundamentos da enfermagem	157
2. Conceitos de saúde e doença	160
3. Técnicas e procedimentos básicos de cuidado; Funções do técnico em enfermagem; higiene, conforto e segurança do paciente; verificação de sinais vitais; posicionamento e transporte de pacientes; cuidados com feridas e curativos; sondagens, drenagens e controle de diurese	165
4. ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS; Vias de administração: oral, tópica, subcutânea, intramuscular, endovenosa, intradérmica e retal; diluição e preparo de medicamentos; cálculo de doses e controle de erros; farmacologia básica: grupos de medicamentos, efeitos adversos e interações; armazenamento, conservação e controle de validade; cuidados de enfermagem na administração de medicamentos e observação pós-aplicação.....	203
5. BIOSSEGURANÇA E CONTROLE DE INFECÇÕES; Conceitos de biossegurança; precauções padrão e específicas; uso, limpeza e descarte de equipamentos de proteção individual (EPI); prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS); limpeza, desinfecção e esterilização de materiais; controle de infecção hospitalar; conduta frente à exposição a material biológico; Assepsia e antisepsia; biossegurança e ergonomia	209
6. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RDC ANVISA nº 222/2018)	215
7. NR-32 (Portaria nº 485/2005)	229
8. COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO; Técnicas de coleta de sangue, urina, fezes, escarro e secreções; rotulagem, armazenamento e transporte do material; normas de biossegurança aplicadas à coleta; preenchimento de formulários e registros; responsabilidades do técnico na preservação da amostra e no encaminhamento seguro ao laboratório	230
9. ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA; Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS); Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990	235
10. Imunização: tipos de vacinas, rede de frio, conservação, vias de aplicação e calendário vacinal	254
11. Vigilância epidemiológica e sanitária.....	263
12. Notificação compulsória	264
13. Campanhas de vacinação e prevenção de doenças transmissíveis.....	267
14. Ações educativas e promoção da saúde	272
15. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF); Organização e funcionamento da atenção básica; atribuições do técnico em enfermagem na equipe da ESF; acolhimento, escuta qualificada e acompanhamento domiciliar	273
16. Atendimento a grupos prioritários (gestantes, idosos, hipertensos e diabéticos).....	276
17. Registros e protocolos básicos; articulação com outras políticas públicas (educação, assistência e vigilância).....	281
18. ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA; Cuidados pré e pós-operatórios; preparo físico e psicológico do paciente; tricotomia, posicionamento e antisepsia; monitoramento e cuidados com drenos, sondas e curativos; controle de sinais vitais no perioperatório; observação e prevenção de complicações; segurança e transporte do paciente	286
19. ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA; avaliação primária e secundária da vítima	304
20. Primeiros socorros	305
21. Suporte básico de vida (SBV) e uso do desfibrilador externo automático (DEA); controle de hemorragias.....	321

ÍNDICE

1. Imobilizações e transporte de acidentados; queimaduras, fraturas, choque, convulsões e parada cardiorrespiratória; atendimento a vítimas de acidentes domésticos, de trânsito e traumas	350
2. ENFERMAGEM MATERNO-INFANTIL; Assistência à gestante no pré-natal; sinais de risco e intercorrências; parto e puerpério: cuidados, higiene e amamentação; cuidados imediatos ao recém-nascido; crescimento e desenvolvimento infantil; controle de peso e vacinação; prevenção de infecções neonatais e cuidados com o coto umbilical	354
3. ENFERMAGEM EM SAÚDE DO IDOSO E DO PACIENTE CRÔNICO; Atenção integral ao idoso; prevenção de quedas e lesões; cuidados domiciliares; administração de medicamentos; acompanhamento de pacientes com doenças crônicas (hipertensão, diabetes, Alzheimer, osteoporose)	364
4. Reabilitação, cuidados paliativos e humanização no atendimento a pacientes acamados ou terminais	370
5. ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL; Lei nº 7.498/1986 e Decreto nº 94.406/1987 – Exercício Profissional da Enfermagem; Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 564/2017); responsabilidades do técnico em enfermagem; deveres, sigilo profissional e respeito à dignidade humana; responsabilidade civil, penal e administrativa; hierarquia e trabalho em equipe multiprofissional; Ética, empatia e acolhimento na prática assistencial	373
6. REGISTRO E DOCUMENTAÇÃO DE ENFERMAGEM; Anotações e registros em prontuário; relatórios de plantão; comunicação entre turnos e setores; importância da clareza, legibilidade e fidedignidade das informações; registros legais e implicações éticas; sistemas informatizados de prontuário eletrônico.....	390
7. HUMANIZAÇÃO NO ATENDIMENTO AO PACIENTE E À FAMÍLIA; Princípios da Política Nacional de Humanização (PNH); empatia, acolhimento e escuta qualificada; relação profissional-paciente-família; comunicação terapêutica; manejo da dor, medo e ansiedade; valorização da autonomia e do respeito à individualidade; promoção da cidadania e ambiente acolhedor nos serviços de saúde	394

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

ORTOGRAFIA OFICIAL

▪ **Mudanças no alfabeto:** O alfabeto tem 26 letras. Foram reintroduzidas as letras k, w e y.

O alfabeto completo é o seguinte: A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

▪ **Trema:** Não se usa mais o trema (""), sinal colocado sobre a letra u para indicar que ela deve ser pronunciada nos grupos: gue, gui, que, qui.

Regras de acentuação:

Não se usa mais o acento dos ditongos abertos **éi** e **ói** das palavras paroxítonas (palavras que têm acento tônico na penúltima sílaba)

Como era	Como fica
alcatéia	alcateia
apóia	apoia
apóio	apoio

▪ **Atenção:** essa regra só vale para as paroxítonas. As oxítonas continuam com acento:

▪ **Ex.:** papéis, herói, heróis, troféu, troféus.

▪ Nas palavras paroxítonas, não se usa mais o acento no **i** e no **u** tônicos quando vierem depois de um ditongo.

Como era	Como fica
baíuca	baiuca
bocaiúva	bocaiuva

▪ **Atenção:** se a palavra for oxítona e o **i** ou o **u** estiverem em posição final (ou seguidos de **s**), o acento permanece. Exemplos: tuiuiú, tuiuiús, Piauí.

Não se usa mais o acento das palavras terminadas em **êem** e **ôo(s)**.

Como era	Como fica
abenção	abenção
crêem	creem

▪ Não se usa mais o acento que diferenciava os pares pára/para, péla(s)/pela(s), pêlo(s)/pelo(s), pólo(s)/polo(s) e pêra/pera.

Atenção:

Permanece o acento diferencial em pôde/pode;

Permanece o acento diferencial em pôr/por;

Permanecem os acentos que diferenciam o singular do plural dos verbos **ter** e **vir**, assim como de seus derivados (manter, deter, reter, conter, convir, intervir, advir etc.);

É facultativo o uso do acento circunflexo para diferenciar as palavras **forma/fôrma**.

► Uso de hífen

Regra básica:

▪ **Sempre se usa o hífen diante de h:** anti-higiênico, super-homem.

Outros casos:

Prefixo terminado em vogal:

▪ **Sem hífen diante de vogal diferente:** autoescola, antiaéreo.

▪ **Sem hífen diante de consoante diferente de r e s:** anteprojeto, semicírculo.

▪ **Sem hífen diante de r e s. Dobram-se essas letras:** antirracismo, antissocial, ultrassom.

▪ **Com hífen diante de mesma vogal:** *contra-ataque*, *micro-ondas*.

Prefixo terminado em consoante:

▪ **Com hífen diante de mesma consoante:** inter-regional, sub-bibliotecário.

▪ **Sem hífen diante de consoante diferente:** intermunicipal, supersônico.

▪ **Sem hífen diante de vogal:** interestadual, superinteressante.

Observações:

▪ **Com o prefixo sub, usa-se o hífen também diante de palavra iniciada por r:** sub-região, sub-raça.

▪ **Palavras iniciadas por h perdem essa letra e juntam-se sem hífen:** subumano, subumanidade.

▪ **Com os prefixos circum e pan, usa-se o hífen diante de palavra iniciada por m, n e vogal:** circum-navegação, pan-americano.

▪ **O prefixo co aglutina-se, em geral, com o segundo elemento, mesmo quando este se inicia por o:** coobrigação, coordenar, cooperar, cooperação, cooptar, coocupante.

▪ **Com o prefixo vice, usa-se sempre o hífen:** vice-rei, vice-almirante.

▪ Não se deve usar o hífen em certas palavras que perderam a noção de composição, como girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista.

▪ **Com os prefixos ex, sem, além, aquém, recém, pós, pré, pró, usa-se sempre o hífen:** ex-aluno, sem-terra, além-mar, aquém-mar, recém-casado, pós-graduação, pré-vestibular, pró-europeu.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO

Esta técnica consiste em determinar um valor inicial pedido pelo problema a partir de um valor final dado. Ou seja, é um método para resolver alguns problemas do primeiro grau, ou seja, problemas que recaem em equações do primeiro grau, de “trás para frente”.

Atenção:

Você precisa saber transformar algumas operações:

Soma $\leftrightarrow$ a regressão é feita pela **subtração**.

Subtração $\leftrightarrow$ a regressão é feita pela **soma**.

Multiplicação $\leftrightarrow$ a regressão é feita pela **divisão**.

Divisão $\leftrightarrow$ a regressão é feita pela **multiplicação**.

Exemplos:

1. (SENAI)

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3 600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é 3B, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

A 1ª aplicação resultou em B e era 4A:

$$B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300$$

A é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais:

$$A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow -X = 300 - 500 \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200.$$

Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C

2. (IDECAN/AGU)

Um pai deu a seu filho mais velho $\frac{1}{5}$ das balinhas que possuía e chupou 3. Ao filho mais novo deu $\frac{1}{3}$ das balinhas que sobraram mais 2 balinhas. Ao filho do meio, João, deu $\frac{1}{6}$ das balinhas que sobraram, após a distribuição ao filho mais novo. Sabe-se que o pai ainda ficou com 30 balinhas. Quantas balinhas ele possuía inicialmente?

- (A) 55
- (B) 60
- (C) 75
- (D) 80
- (E) 100

Resolução:

Basta utilizar o princípio da reversão e resolver de trás para frente. Antes, vamos montar o nosso diagrama. Digamos que o pai possuía x balinhas inicialmente.

Se o pai deu $\frac{1}{5}$ das balinhas para o filho mais velho, então ele ficou com $\frac{4}{5}$ das balinhas.

$$\boxed{x} \xrightarrow{\cdot \frac{4}{5}} \boxed{}$$

Se ele chupou 3 balas, vamos diminuir 3 unidades do total que restou.

$$\boxed{x} \xrightarrow{\cdot \frac{4}{5}} \boxed{} \xrightarrow{-3} \boxed{}$$

Ao filho mais novo, deu $\frac{1}{3}$ das balinhas. Assim, sobraram $\frac{2}{3}$ das balinhas.

$$\boxed{x} \xrightarrow{\cdot \frac{4}{5}} \boxed{} \xrightarrow{-3} \boxed{} \xrightarrow{\cdot \frac{2}{3}} \boxed{}$$

Em seguida, ele deu mais duas balinhas para o filho mais novo. Assim, vamos subtrair duas balinhas.

$$\boxed{x} \xrightarrow{\cdot \frac{4}{5}} \boxed{} \xrightarrow{-3} \boxed{} \xrightarrow{\cdot \frac{2}{3}} \boxed{} \xrightarrow{-2} \boxed{}$$

Finalmente, ele deu $\frac{1}{6}$ do restante para o filho do meio. Assim, restaram $\frac{5}{6}$ das balinhas, que corresponde a 30 balinhas.

$$\boxed{x} \xrightarrow{\cdot \frac{4}{5}} \boxed{} \xrightarrow{-3} \boxed{} \xrightarrow{\cdot \frac{2}{3}} \boxed{} \xrightarrow{-2} \boxed{} \xrightarrow{\cdot \frac{5}{6}} \boxed{30}$$

Agora é só voltar realizando as operações inversas.

Se na ida nós multiplicamos por $\frac{5}{6}$, na volta nós devemos dividir por $\frac{5}{6}$, ou seja, devemos multiplicar por $\frac{6}{5}$.

Vamos preencher o penúltimo quadradinho com $30 \cdot \frac{6}{5} = 36$.

$$\boxed{x} \xrightarrow{\cdot \frac{4}{5}} \boxed{} \xrightarrow{-3} \boxed{} \xrightarrow{\cdot \frac{2}{3}} \boxed{} \xrightarrow{-2} \boxed{36} \xrightarrow{\cdot \frac{5}{6}} \boxed{30}$$

Se na ida nós subtraímos 2, então na volta devemos adicionar 2. Vamos preencher o quadradinho anterior com $36 + 2 = 38$.

$$\boxed{x} \xrightarrow{\cdot \frac{4}{5}} \boxed{} \xrightarrow{-3} \boxed{} \xrightarrow{\cdot \frac{2}{3}} \boxed{38} \xrightarrow{-2} \boxed{36} \xrightarrow{\cdot \frac{5}{6}} \boxed{30}$$

CONHECIMENTOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ

MUNICÍPIO DE JEQUIÉ: SUA HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Jequié é um importante município localizado no estado da Bahia, situado a aproximadamente 365 quilômetros da capital, Salvador. Conhecida por seu papel histórico e comercial na região Sudoeste da Bahia, Jequié apresenta uma combinação única de relevância histórica, localização geográfica estratégica e diversidade cultural. A cidade se insere na transição entre dois biomas: a caatinga e a zona da mata, o que lhe confere características naturais bastante peculiares.

AS ORIGENS DE JEQUIÉ E A INFLUÊNCIA DAS SESMARIAS

O processo de formação histórica do município de Jequié está diretamente ligado ao modelo de ocupação territorial adotado no Brasil colonial: o sistema de sesmarias. Trata-se de um mecanismo de distribuição de terras utilizado pela Coroa Portuguesa, principalmente entre os séculos XVI e XVIII, com o objetivo de incentivar a produção agrícola, a pecuária e a ocupação do interior do território brasileiro. Jequié tem suas raízes nesse modelo, que foi responsável por estabelecer grandes propriedades rurais no interior da Bahia, muitas das quais se tornaram núcleos formadores de cidades.

A área onde hoje se localiza Jequié fazia parte de uma sesmaria concedida ao capitão-mor João Gonçalves da Costa, uma figura importante na expansão territorial do sertão baiano. A sesmaria era uma vasta extensão de terras, onde foi instalada a fazenda Borda da Mata, uma das primeiras ocupações formais da região. A escolha do local para a instalação da fazenda foi estratégica: às margens do Rio de Contas, em uma zona de transição entre a caatinga e a mata atlântica, oferecendo condições favoráveis tanto para o cultivo agrícola quanto para a criação de gado.

A história de Jequié ganha novo contorno com a chegada de José de Sá Bittencourt, um personagem envolvido em um dos episódios mais emblemáticos da história do Brasil: a Inconfidência Mineira. Após o fracasso do movimento, José de Sá refugiou-se na Bahia, adquirindo a fazenda Borda da Mata. Sua presença na região representou um novo momento de organização econômica e social das terras. Em 1789, com sua morte, a grande propriedade foi dividida entre seus herdeiros, fragmentando-se em diversos lotes. Um desses lotes recebeu o nome de Jequié e Barra de Jequié, tornando-se o núcleo inicial do povoado que futuramente se transformaria no município.

Essa fragmentação da sesmaria original em pequenos lotes familiares contribuiu para o surgimento de núcleos de povoamento ao longo do Rio de Contas. Diferente de outras regiões que continuaram dominadas por latifúndios, em Jequié foi possível o surgimento de uma dinâmica de pequenas propriedades produtivas, voltadas à subsistência e ao comércio

núcleos passaram a se integrar economicamente por meio das rotas fluviais e terrestres, utilizando o rio como principal via de escoamento da produção.

É importante destacar que o sistema de sesmarias não apenas influenciou a distribuição fundiária, mas também definiu os padrões sociais e econômicos da região. As famílias proprietárias das sesmarias, ou seus descendentes, tornaram-se as lideranças locais, com poder político e econômico expressivo. Em Jequié, a figura de José de Sá Bittencourt e seus herdeiros se encaixa nessa lógica, representando a classe dominante que orientou os rumos do desenvolvimento local.

A localização de Jequié às margens do Rio de Contas não foi mero acaso. O curso fluvial era fundamental na dinâmica econômica da época, servindo como via de transporte e comunicação. O rio permitia o deslocamento de pessoas, animais e mercadorias, ligando o interior à costa e às principais cidades da região. Nesse contexto, a região de Jequié tornou-se um ponto de parada estratégica para canoeiros, tropeiros e mascates que percorriam a Bahia em busca de oportunidades comerciais.

Assim, a história inicial de Jequié mostra uma formação baseada em três pilares: a concessão de sesmarias, a fragmentação das terras em núcleos familiares e a valorização da logística proporcionada pelo Rio de Contas. A partir desses elementos, o povoado se desenvolveu, estabelecendo relações comerciais e estruturando-se socialmente. Ainda que fosse, no início, parte do município de Maracás, Jequié já demonstrava sinais de crescimento econômico e importância regional, o que culminaria, décadas depois, em sua emancipação política.

A influência das sesmarias sobre o território de Jequié é, portanto, inegável. Foi esse modelo que definiu o primeiro traçado de ocupação do solo, determinou os principais atores sociais e preparou o caminho para o surgimento da cidade. A herança desse período ainda pode ser percebida na estrutura fundiária da região, nas tradições familiares e no papel do Rio de Contas como símbolo de identidade local.

Com base nesse panorama, é possível compreender como Jequié se consolidou a partir de um modelo típico do Brasil colonial, mas com características próprias que lhe conferem uma identidade histórica singular. O legado das sesmarias é, assim, um componente essencial para entender as origens e a formação do município.

O PAPEL DO RIO DE CONTAS E O CRESCIMENTO COMERCIAL

O Rio de Contas teve papel fundamental no surgimento e no desenvolvimento econômico de Jequié. Desde os tempos mais remotos de sua formação, o município cresceu em torno das atividades comerciais que se organizavam às margens desse rio, aproveitando seu curso navegável e sua posição estratégica no

interior da Bahia. A importância histórica do Rio de Contas vai além de sua função como recurso hídrico: ele foi um verdadeiro elo de ligação entre comunidades, culturas e economias.

Durante o século XIX, em uma época em que as estradas eram escassas e os meios de transporte rudimentares, o Rio de Contas representava uma das poucas rotas eficazes para o transporte de pessoas e mercadorias. Pequenas embarcações, como canoas e balsas, desciam e subiam o rio carregando uma variedade de produtos, principalmente hortifrutigranjeiros, farinha, carne seca, mel, raízes e frutas regionais. Esses produtos eram produzidos nos sítios e fazendas ao longo do rio e trazidos até o povoado de Jequié para serem revendidos ou trocados.

A presença do rio favoreceu a formação de um polo de abastecimento que atendia não apenas à própria população local, mas também a diversas comunidades do entorno. A cidade cresceu de forma linear, acompanhando o curso do Rio de Contas, que na época apresentava maior volume de água e largura mais estreita do que atualmente. Essa configuração geográfica favorecia o desembarque de mercadorias e o fluxo de pessoas entre margens.

Além dos canoeiros, dois outros grupos de comerciantes se destacavam: os mascates e os tropeiros. Os mascates percorriam as ruas e portas das casas oferecendo produtos como tecidos, toalhas, rendas, utensílios domésticos e artigos de uso pessoal, geralmente vindos de centros urbanos mais desenvolvidos. Esses produtos, de difícil acesso para a população do interior, eram trocados por gêneros alimentícios e outras mercadorias de subsistência. Já os tropeiros utilizavam animais de carga, especialmente burros e mulas, para transportar mercadorias entre vilarejos e fazendas, ligando Jequié a outras regiões da Bahia. Essa dinâmica comercial, fortemente dependente do Rio de Contas e das rotas terrestres adjacentes, consolidou a cidade como entreposto regional.

O local onde essas trocas ocorriam com maior frequência deu origem à atual Praça Luís Viana. Inicialmente, o espaço funcionava como uma área de reunião informal, onde canoeiros, mascates e tropeiros expunham seus produtos e realizavam trocas comerciais. Com o tempo, o ponto se consolidou como o centro do comércio local, evoluindo para uma feira organizada que atraiu ainda mais comerciantes e consumidores. A praça passou a ter importância não apenas econômica, mas também social e simbólica, sendo posteriormente nomeada em homenagem ao governador Luís Viana, responsável pela emancipação política de Jequié.

A partir de 1885, a feira livre da cidade começou a ganhar mais organização, graças à iniciativa de comerciantes italianos que se estabeleceram em Jequié. Nomes como José Rotondano, José Niella e Carlos Marotta passaram a comprar os excedentes de produção dos canoeiros e pequenos produtores, garantindo escoamento para os produtos locais e fortalecendo a economia regional. A atuação desses comerciantes imigrantes marca uma nova fase no comércio da cidade: o início de um sistema mais estruturado, com redes de compra, venda e redistribuição.

A feira de Jequié tornou-se, assim, um dos principais marcos do crescimento comercial do município. Ela passou a movimentar não só produtos agrícolas, mas também roupas, utensílios, ferragens, ferramentas e medicamentos, funcionando como um mercado multifuncional que atendia a diversas necessidades da

população local e das regiões vizinhas. O papel do Rio de Contas, nesse contexto, manteve-se central, permitindo o transporte contínuo de mercadorias e facilitando o abastecimento da feira.

A posição geográfica de Jequié, em um entroncamento natural entre o Sudoeste e o Sudeste baiano, foi potencializada pela presença do rio. Além de conectar economicamente diferentes regiões, o Rio de Contas também foi essencial para a fixação populacional, ao garantir o fornecimento de água para consumo humano, agricultura e criação de animais. Com o tempo, o crescimento urbano e a instalação de novas vias de transporte terrestre acabaram reduzindo o uso comercial do rio, mas sua importância histórica permanece reconhecida até os dias atuais.

O Rio de Contas foi um elemento estruturante do crescimento comercial de Jequié. Ao permitir o transporte de mercadorias e integrar diversas rotas comerciais, o rio ajudou a transformar um pequeno povoado em um centro econômico regional. Ele também desempenhou papel social, cultural e estratégico, sendo parte integrante da identidade jequieense e peça-chave para compreender o desenvolvimento histórico do município.

A FEIRA LIVRE E O PAPEL DOS IMIGRANTES ITALIANOS

O desenvolvimento de Jequié como centro comercial regional está profundamente ligado à consolidação de sua feira livre, espaço que se tornou símbolo da dinâmica econômica e social da cidade. A feira não apenas movimentava os produtos locais, mas também representava um ponto de encontro entre culturas, modos de vida e formas de organização do comércio tradicional. Um capítulo importante dessa história envolve a presença e a atuação estratégica dos imigrantes italianos, que contribuíram decisivamente para a modernização e expansão das atividades comerciais no município.

Desde os primeiros registros de ocupação urbana em Jequié, já havia uma intensa movimentação de mercadorias trazidas por canoeiros, tropeiros e mascates. Essa troca constante de produtos resultava em pequenos pontos de venda ao ar livre, geralmente concentrados próximos ao Rio de Contas e ao centro do povoado. No entanto, esse comércio era desorganizado, dependente da improvisação e limitado à informalidade das trocas diretas. Faltava estrutura, regularidade e planejamento.

Foi nesse contexto que surgiu a figura dos imigrantes italianos, que chegaram à região no final do século XIX, em busca de novas oportunidades econômicas. Três nomes se destacam nesse processo: José Rotondano, José Niella e Carlos Marotta. Esses comerciantes perceberam o potencial econômico da feira e atuaram de forma decisiva para transformar um espaço informal em um verdadeiro polo comercial estruturado. A iniciativa desses imigrantes foi crucial para mudar os rumos da economia local.

A principal estratégia adotada por eles foi a compra sistemática dos excedentes da produção rural trazida pelos canoeiros e pequenos agricultores da região. Em vez de esperar que os produtores vendessem diretamente ao consumidor final, os italianos passaram a adquirir toda a mercadoria excedente, armazená-la e revendê-la com melhor organização. Com isso, os produtores passaram a ter mais segurança na comercialização de seus produtos, sabendo que teriam compradores fixos e frequentes. Isso gerou um ciclo positivo: mais produção, mais oferta, mais compradores, mais renda.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEI Nº 485, DE 29 DE OUTUBRO DE 1962 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JEQUIÉ, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO, DEVERES, DIREITOS, VANTAGENS E PENALIDADES APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

LEI Nº 485 - EM, 03 DE SETEMBRO DE 1962

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ.

O FUNCIONÁRIO VALDEMAR DIS VEIGA, ORA NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUIÉ, ESTADO DA BAHIA, faço saber que o Povo do Município de Jequié, por seus representantes legais, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ.

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei, institui o regime jurídico dos funcionários públicos do Município de Jequié.

Art. 2º Para os efeitos deste Estatuto, funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público; e cargo público é o criado por Lei, com denominação própria, em número certo e pago pelos cofres do Município.

Art. 3º O vencimento dos cargos públicos obedecerá a padrões fixados em Lei.

Art. 4º É vedada a prestação de serviços gratuitos.

Art. 5º Os cargos são considerados de carreira ou isolados.

Art. 6º Classe é um agrupamento de cargos da mesma profissão ou atividades e de igual padrão de vencimento.

Art. 7º Carreira é um agrupamento de classe da mesma profissão ou atividade, com denominação própria.

Art. 8º Quadro é um conjunto de carreiras e cargos isolados.

Art. 9º Não haverá equivalência entre as diferentes carreiras quanto as suas atribuições funcionais.

Art. 10. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições prescritas em Lei e regulamento.

TÍTULO II DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

CAPÍTULO I DO PROVIMENTO

Art. 11. Compete ao Prefeito, prover, por decreto, os cargos públicos municipais salvo as exceções prevista na Constituição e nas Leis.

Art. 12. Os órgãos públicos são providos por:

I - nomeação;

II - promoção;

III - transferência; IV. reintegração; V. readmissão;

VI - aproveitamento;

VII - reversão.

CAPÍTULO II DA NOMEAÇÃO

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 13. A nomeação será feita:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou carreira;

II - em comissão, quando se tratar de cargo isolado que, em virtude de Lei, assim deva ser provido;

III - interinamente:

a) em substituição, no impedimento do ocupante efetivo em cargo isolado;

b) na vaga deixada pelo ocupante efetivo de cargo isolado;

c) em cargo vago de classe inicial de carreira, para o qual não haja candidato legalmente habilitado, atendido o disposto nos itens I, VI e IX do artigo 23.

§ 1º O provimento interino não excederá de dois (02) anos, exceto:

abrindo-se concurso para o provimento do cargo em cujo exercício o ocupante poderá permanecer até a homologação do mesmo.

em caso de substituição em cargo isolado, cujo titular esteja afastado por impedimento legal.

§ 2º O funcionário interino só poderá ter exercício no cargo para qual tenha sido nomeado.

Art. 14. A nomeação obedecerá à ordem de classificação dos candidatos habilitados em concurso.

Art. 15. Será tornada sem efeito, por decreto, a nomeação, se a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Art. 16. Estágio probatório é o período de dois (02) anos de exercício do funcionário durante o qual é apurada a conveniência ou não da sua confirmação.

§ 1º No período do estágio apurar-se-ão os seguintes requisitos:

- I - idoneidade moral;
- II - assiduidade;
- III - disciplina;
- IV - eficiência.

§ 2º Sem prejuízo da remessa periódica e boletim de merecimento, à Secretaria de Administração e Finanças, o chefe do serviço em que sirva o funcionário sujeito ao estágio probatório, quatro meses antes da terminação deste, informará reservadamente ao Órgão de Pessoal, sobre o funcionário, tendo em vista os requisitos enumerados nos itens I a IV deste artigo.

§ 3º Em seguida, o Órgão de Pessoal formulará parecer escrito, opinando sobre o merecimento do estagiário em relação a cada um dos requisitos e concluindo a favor ou contra a confirmação.

§ 4º Dêse parecer, se contrário a confirmação, será dada vista ao estagiário pelo prazo de cinco dias.

§ 5º Julgando o parecer e a defesa, decidirá o Prefeito pela exoneração do funcionário ou sua permanência no cargo.

§ 6º A apuração dos requisitos de que trata este artigo deverá processar-se de modo que a exoneração do funcionário possa ser feita antes de findo o período do estágio.

Art. 17. O funcionário ocupante do cargo de carreira não poderá ser nomeado interinamente para outro cargo de carreira ou isolado de provimento efetivo.

Art. 18. O exercício interino de cargo cujo provimento dependa de concurso não isente dessa exigência para nomeação efetiva o seu ocupante, qualquer que seja o tempo de serviço.

SEÇÃO II DO CONCURSO

Art. 19. A primeira investidura em cargos de carreira e noutros que a Lei determinar, efetuar-se-á mediante concurso.

Art. 20. O concurso será de provas ou de títulos ou de provas e títulos, simultaneamente, na conformidade das leis e regulamentos.

§ 1º Quando o concurso for exclusivamente de títulos e o provimento depender de conclusão de curso especializado, a prova desses requisitos considerar-se-á título preponderante, levando em conta a classificação obtida no concurso pelo candidato.

§ 2º Independência de limite de idade a inscrição, em concurso, de ocupante de cargo ou função pública.

§ 3º O ocupante interino de cargo cujo provimento efetivo dependa de habilitação, em concurso, será inscrito ex-officio no primeiro que se realizar.

§ 4º A aprovação da inscrição dependerá de preenchimento pelo inscrito, das exigências estabelecidas para o concurso.

§ 5º Aprovadas as inscrições, serão exonerados os interinos que tenham deixado de cumprir o disposto no parágrafo anterior.

§ 6º Abertas as inscrições do concurso não serão feitas nomeações de caráter interino.

§ 7º Homologado o concurso, serão exonerados todos os interinos.

§ 8º O prazo de validade dos concursos e os limites de idades serão fixados nos regulamentos ou instruções.

§ 9º O concurso, uma vez aberto, deverá estar homologado no prazo de doze meses.

Art. 21. Encerradas as inscrições, legalmente processadas, para concurso a investidura de qualquer cargo, não se abrirão novas, antes de sua realização.

SEÇÃO III DA POSSE

Art. 22. Posse é a investidura em cargo público ou função gratificada.

Parágrafo único. Não haverá posse nos cargos de promoção e reintegração.

Art. 23. Só poderá ser empossado em cargo público quem satisfazer os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;
- II - ter completado dezoito anos de idade;
- III - estar em gozo dos direitos políticos;
- IV - estar quites com as obrigações militares;
- V - ter bom procedimento;
- VI - gozar de boa saúde comprovada em inspeção médica;
- VII - possuir aptidão para o exercício da função;
- VIII - ter-se habilitado previamente em concurso salvo quando se tratar de cargo isolado para o qual não haja essa exigência;

IX - ter atendido as condições especiais prescritas em lei ou regulamentos para determinados cargos ou carreiras.

Parágrafo único. A prova das condições a que se referem os itens I, II e VIII deste artigo não será exigida nos casos dos itens IV a VII do artigo 12.

Art. 24. São competentes para dar posse:

I - O Prefeito, aos dirigentes de órgão que lhes são diretamente subordinado.

II - O Secretário, ao chefe de seções e demais casos.

Art. 25. Do termo de posse, assinado pela autoridade competente e pelo funcionário, constará o compromisso do fiel cumprimento dos deveres e atribuições.

Parágrafo único. O funcionário declarará para que figurem obrigatoriamente no termo de posse, os bens e valores que constituem seu patrimônio.

Art. 26. Poderá haver posse mediante procuração quando o interessado estiver ausente do Município.

Art. 27. A autoridade que der posse verificará, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições legais para a investidura.

Art. 28. A posse terá lugar no prazo de trinta dias da publicação, no órgão oficial do ato de provimento.

§ 1º A requerimento do interessado o prazo de posse poderá ser prorrogado até trinta dias ou em tempo maior a critério da autoridade competente.

§ 2º Quando o funcionário estiver em férias ou licenciado, salvo para o trato de interesses particulares, o prazo será contado da data em que voltar ao serviço.

SEÇÃO IV DA FIANÇA

Art. 29. O funcionário nomeado para o cargo cujo provimento dependa de fiança, não poderá entrar em exercício, sem prévia satisfação dessa exigência.

§ 1º A fiança poderá ser prestada:

- I - em dinheiro;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM; PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA ENFERMAGEM

A enfermagem é uma das áreas mais fundamentais do cuidado à saúde, sendo reconhecida tanto como uma ciência quanto como uma arte. Sua essência reside no ato de cuidar, promovendo bem-estar, prevenindo doenças e auxiliando na recuperação de indivíduos e comunidades. Para desempenhar esse papel de maneira efetiva, os profissionais de enfermagem precisam dominar um conjunto de conhecimentos teóricos, técnicos e éticos, conhecido como fundamentos de enfermagem.

Os fundamentos de enfermagem fornecem a base necessária para que o cuidado seja não apenas eficaz, mas também humanizado. Esses conhecimentos incluem conceitos de anatomia, fisiologia, microbiologia, farmacologia e psicologia, bem como princípios éticos e legais que orientam a prática profissional. Além disso, abrangem as habilidades técnicas indispensáveis para o desempenho seguro das atividades diárias, como administração de medicamentos, realização de curativos e monitoramento de sinais vitais.

Outro aspecto central dos fundamentos de enfermagem é o desenvolvimento da visão integral sobre o ser humano. O enfermeiro não cuida apenas do corpo físico, mas também considera aspectos emocionais, sociais e culturais que impactam a saúde. Essa abordagem holística reforça o papel essencial da empatia, do respeito e da comunicação no cuidado.

Dada a complexidade e a diversidade das situações enfrentadas no cotidiano da enfermagem, compreender os fundamentos é um passo inicial indispensável para a formação e atuação de profissionais competentes e comprometidos. Essa base sólida não apenas capacita os enfermeiros a executar suas funções técnicas, mas também os prepara para enfrentar desafios éticos, interagir com equipes multiprofissionais e lidar com as necessidades únicas de cada paciente.

HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA ENFERMAGEM

A história da enfermagem é marcada por sua transformação de uma prática intuitiva e baseada em cuidados informais para uma profissão científica e regulamentada. Este percurso reflete o desenvolvimento das necessidades humanas e das respostas sociais ao cuidado em saúde, desde a antiguidade até os dias atuais. A evolução da enfermagem destaca a importância do conhecimento técnico-científico e da ética no cuidado, bem como a luta pela valorização do trabalho do profissional de

► Os Primórdios da Enfermagem

Nos tempos antigos, o cuidado com os doentes estava associado a práticas religiosas ou familiares. No Egito, na Grécia e em Roma, o atendimento era prestado principalmente por mulheres da família ou por sacerdotes que cuidavam do corpo e da alma. Com o surgimento do cristianismo, o cuidado com os doentes ganhou um caráter mais organizado, sendo promovido pelas ordens religiosas. Mosteiros e conventos passaram a abrigar os doentes e a formar pessoas para prestar assistência básica.

Na Idade Média, a enfermagem ficou majoritariamente sob a responsabilidade da Igreja Católica, com as ordens religiosas desempenhando papel central no cuidado. No entanto, as condições precárias e a falta de formação específica tornavam esse cuidado limitado. Com o Renascimento e o avanço da ciência, o campo da saúde começou a se distanciar das práticas religiosas, abrindo espaço para o desenvolvimento da enfermagem como uma prática mais técnica.

► A Revolução de Florence Nightingale

O marco da profissionalização da enfermagem ocorreu no século XIX, com Florence Nightingale, uma das figuras mais importantes da história da profissão. Durante a Guerra da Crimeia (1853-1856), Nightingale liderou uma equipe de enfermeiras para cuidar de soldados feridos, aplicando medidas de higiene e organização nos hospitais de campanha. Como resultado, ela conseguiu reduzir drasticamente as taxas de mortalidade.

Além disso, Florence Nightingale fundou a primeira escola formal de enfermagem, o que consolidou a enfermagem como uma profissão baseada em treinamento técnico e princípios éticos. Seu trabalho influenciou a criação de políticas públicas de saúde e estabeleceu os alicerces da enfermagem moderna, enfatizando a importância da observação clínica e do registro de dados para o planejamento do cuidado.

► A Enfermagem no Brasil

No Brasil, a enfermagem tem raízes que remontam ao período colonial, quando as ordens religiosas, como os jesuítas, cuidavam dos doentes nos hospitais. No entanto, foi apenas no início do século XX que a profissão começou a se estruturar formalmente. Em 1923, a criação da Escola de Enfermagem Anna Nery marcou o início do ensino formal no país, seguindo os moldes da escola de Nightingale.

A enfermagem brasileira evoluiu significativamente ao longo das décadas, incorporando avanços científicos e tecnológicos e ampliando seu papel nos sistemas de saúde. Hoje, a profissão é regulamentada por leis específicas e conta com diversos níveis de

► Os Desafios e Conquistas ao Longo do Tempo

Ao longo de sua história, a enfermagem enfrentou desafios significativos, como a desvalorização do trabalho do enfermeiro e a falta de reconhecimento da profissão. Contudo, avanços importantes foram conquistados, como a regulamentação do exercício profissional, a criação do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e a ampliação das possibilidades de atuação, como em unidades de terapia intensiva, atenção primária e saúde coletiva.

Além disso, a pandemia de COVID-19 reforçou o papel essencial da enfermagem no cuidado em saúde, destacando tanto a importância da formação técnica quanto do preparo emocional dos profissionais para lidar com situações de alta complexidade.

PRINCÍPIOS ÉTICOS E LEGAIS NA ENFERMAGEM

A enfermagem é uma profissão que lida diretamente com o cuidado humano, frequentemente em momentos de vulnerabilidade física e emocional. Por isso, sua prática exige a observância rigorosa de princípios éticos e legais que assegurem um atendimento seguro, respeitoso e digno. Esses fundamentos éticos e jurídicos não apenas garantem os direitos dos pacientes, mas também norteiam as responsabilidades e condutas dos profissionais de enfermagem no exercício de suas funções.

► Ética e Bioética na Enfermagem

A ética é o conjunto de valores e princípios que orientam o comportamento humano em sociedade, enquanto a bioética trata especificamente das questões éticas ligadas à vida, à saúde e à ciência. Na enfermagem, essas áreas são cruciais porque envolvem decisões que podem impactar profundamente a vida dos pacientes.

Os principais princípios éticos aplicados à enfermagem incluem:

- **Autonomia:** Respeitar as decisões do paciente, garantindo que ele receba informações claras e completas para escolher livremente seu tratamento.
- **Beneficência:** Atuar sempre visando o bem-estar do paciente, promovendo ações que melhorem sua saúde e qualidade de vida.
- **Não maleficência:** Evitar causar danos, seja por ação ou omissão, assegurando que as práticas adotadas sejam seguras e baseadas em evidências.
- **Justiça:** Tratar todos os pacientes de forma igualitária, independentemente de raça, gênero, condição social ou crenças.

Esses princípios éticos são fundamentais para lidar com situações desafiadoras, como pacientes terminais, objeções de consciência ou dilemas relacionados à alocação de recursos escassos, como leitos hospitalares.

► Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem

No Brasil, o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, publicado pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), orienta a conduta ética dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Esse documento abrange os direitos e deveres dos profissionais, bem como as penalidades em casos de infrações.

Alguns princípios destacados no Código de Ética incluem:

- **Respeito à dignidade e aos direitos humanos:** Os profissionais devem tratar os pacientes com dignidade e sem discriminação.
- **Sigilo profissional:** É dever do enfermeiro proteger a confidencialidade das informações obtidas durante o cuidado.
- **Proibição de abandono do paciente:** O profissional de enfermagem não pode negligenciar o cuidado, mesmo em situações adversas.
- **Atualização profissional:** É obrigatório manter-se atualizado sobre práticas e conhecimentos técnicos e científicos.

Além disso, o Código de Ética prevê sanções disciplinares para condutas inadequadas, como negligência, imprudência ou imperícia, que podem causar danos ao paciente.

► Legislação que Rege a Enfermagem no Brasil

A profissão de enfermagem é regulamentada por leis e resoluções que estabelecem os direitos e deveres dos profissionais, garantindo a segurança dos pacientes e a qualidade do cuidado prestado. Os principais marcos legais são:

- **Lei nº 7.498/1986:** Conhecida como a Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, define as competências e atribuições dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.
- **Decreto nº 94.406/1987:** Regulamenta a Lei nº 7.498/1986, detalhando as atividades permitidas a cada nível de formação.
- **Resoluções do COFEN:** Complementam a legislação ao estabelecer normas específicas para a prática profissional, como a obrigatoriedade da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE).

Essas regulamentações visam assegurar que os profissionais estejam devidamente capacitados e habilitados para desempenhar suas funções, evitando riscos para os pacientes e promovendo um cuidado de excelência.

► Desafios Éticos e Legais na Prática

O cotidiano da enfermagem apresenta desafios que demandam decisões complexas, equilibrando os direitos dos pacientes e as limitações impostas pelo contexto clínico. Alguns exemplos incluem:

- **Conflitos de autonomia e beneficência:** Quando o paciente recusa um tratamento necessário à sua sobrevivência, o enfermeiro precisa respeitar sua decisão, mas também garantir que ele tenha sido devidamente informado.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!